



219.

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325209-5 – Paulista
(3ª Vara Cível)

Agravante: Wanderson Gonçalves Matias

Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISIONAL E BUSCA E APREENSÃO. MORA CONFIGURADA. DECISÃO DO 1º GRAU QUE DEFERIU A BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO, MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor (Súmula 380 do STJ).
2. Em face da ausência de determinação judicial que declare a abusividade dos encargos contratuais e da inexistência de notícia de pagamento da parcela em atraso, bem como a regularidade da notificação extrajudicial, forçoso se admitir a configuração da mora do devedor, com a consequente manutenção da decisão que deferiu a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.
3. Recurso de agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325209-5 – Paulista
(3ª Vara Cível)

Agravante: Wanderson Gonçalves Matias

Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Agravo Interno recebido como Recurso de Agravo.

Decisão agravada às fls. 187/189.

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Wanderson Gonçalves Matias contra decisão terminativa desta relatoria que, nos autos do Agravo de Instrumento nº 325209-5, negou seguimento ao recurso interposto pelo ora recorrente, mantendo decisão de 1º grau que deferiu liminar de busca e apreensão e determinou que o bem móvel ficasse na posse provisória do credor.

Alegou o recorrente que a referida decisão deve ser reformada. Para tanto, repetiu os fundamentos já declinados nas razões do instrumental

É o relatório.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

221

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325209-5 – Paulista
(3ª Vara Cível)

Agravante: Wanderson Gonçalves Matias

Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não convencido de mudança no meu entendimento anteriormente esposado, submeto à apreciação desta Corte a insurgência recursal.

A decisão agravada, na parte que interessa, está vazada nos seguintes termos (fls. 187/189):

"Na origem foram ajuizadas duas ações: a) revisional de cláusulas contratuais (TAC/TEC) proposta pelo agravante, a qual se encontra suspensa desde 27/11/2013, em razão de decisão do STJ em sede de recursos repetitivos (fls. 163) e b) busca e apreensão proposta pela agravada fundada na alegação de que o réu agravante estaria em mora, devido à falta de pagamento da parcela de nº 15, no valor de R\$ 1.872,83, ajustada no contrato de alienação fiduciária, este no valor de R\$ 63.753,44, dividido em 48 parcelas de R\$ 1.872,83, tendo como objeto veículo da marca/modelo Kia Sorento, branco, ano 2010. (...). O cerne do presente recurso está em saber se: 1) existe mora do devedor e 2) se deve ser suspensa ação de busca e apreensão por força do ajuizamento prévio de feito revisional onde se discute o mesmo contrato de financiamento. 1- De início, cumpre referir que o agravante não nega sua inadimplência em relação ao contrato de financiamento havido entre as partes. Apenas deduz que ajuizou ação revisional e, assim, entende que inexistente a mora. No ponto, o STJ já cristalizou o entendimento de que: "Súmula 380: A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor". Ademais, não existe notícia de pagamento da parcela em atraso ou consignação do valor. 2- Quanto ao segundo ponto, a jurisprudência da Segunda Seção do STJ é firme no sentido de que o mero ajuizamento de ação revisional não descaracteriza a mora do devedor e, portanto, não inviabiliza o pedido liminar de busca e apreensão. (...). No presente caso, o feito revisional encontra-se suspenso desde 27/11/2013 (fl. 163) por força de decisão que sobrestou sua tramitação até julgamento pelo STJ do Recurso Especial representativo de controvérsia nº 1.251.331-RE, o qual analisa a legalidade das tarifas de abertura de crédito (TAC) e a de emissão de cobrança (TEC). Desta forma, diante da ausência de determinação judicial que declare a abusividade dos encargos contratuais, bem como a inexistência de notícia de pagamento da parcela em atraso e ainda a regularidade da notificação extrajudicial (fls. 86/88), forçoso se admitir a configuração da mora do devedor. Por fim, o agravante não comprovou que o automóvel financiado é imprescindível à sua atividade comercial."



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

222

Analisando a argumentação apresentada pelo agravante, tenho-na como inconsistente e persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão impugnada. Atente-se que o recorrente não trouxe qualquer elemento novo capaz de ensejar nova discussão a respeito do tema.

A decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator